

1

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ



Seleção Pública - Edital nº 01/2019

DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA DOS JUIZADOS ESPECIAIS
DO ESTADO DO CEARÁ.

PERÍODO:
MANHÃ

PROVA:
TIPO 4 - AZUL

JUIZ LEIGO

INSTRUÇÕES NO VERSO DA PROVA

ORGANIZADOR:



INSTITUTO
CONSULPLAN

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL**Questão 01**

Opera-se o mandato quando alguém recebe de outrem poderes para, em seu nome, praticar atos ou administrar interesses. Nos termos do Código Civil brasileiro, quanto ao mandato, assinale a alternativa correta.

- A) O mandatário deve ser maior de dezoito anos de idade.
- B) O poder de transigir pressupõe o de firmar compromisso.
- C) O mandato pode ser expresso ou tácito, verbal ou escrito.
- D) O mandato, em termos gerais, só confere poderes de alienação.

Questão 02

No campo da responsabilidade civil, na visão sumulada pelo Superior Tribunal de Justiça, o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor constitui ato:

- A) Lícito considerado mera propaganda agressiva.
- B) Lícito causador de mero aborrecimento não indenizável.
- C) Ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa.
- D) Ilícito que constitui crime tipificado no Código Penal brasileiro.

Questão 03

João é aposentado e possui três residências: habitualmente, de janeiro a abril ele reside na casa de praia de seus pais, onde nasceu; de maio a agosto na casa que já residia ao se aposentar; e de setembro a dezembro na sua mais antiga casa própria, no campo. Nos termos do Código Civil brasileiro, o domicílio de João é a localidade:

- A) Apenas em que nasceu.
- B) De quaisquer das residências habituais.
- C) Apenas em que residia ao se aposentar.
- D) Apenas onde se encontra a residência que habitava há mais tempo.

Questão 04

Quanto aos contratos de compra e venda, convencionada a venda sem fixação de preço ou de critérios para a sua determinação, se não houver tabelamento oficial, entende-se que as partes se sujeitaram ao preço corrente nas vendas habituais do vendedor. Nos termos do Código Civil brasileiro, na falta de acordo, por ter havido diversidade de preço, prevalecerá o valor:

- A) Exigido pelo vendedor.
- B) Proposto pelo comprador.
- C) Definido por termo médio.
- D) Estabelecido por perito contábil.

Questão 05

Nos termos do Código Civil brasileiro, quanto à interrupção e à suspensão da prescrição, é correto afirmar que:

- A) A interrupção produzida contra o principal devedor não prejudicará o fiador.
- B) A prescrição ocorre em três anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- C) Corre a prescrição entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar.
- D) A prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, é interrompida por protesto cambial.

Questão 06

Nos termos do Código Civil brasileiro, a escritura pública, lavrada em notas de tabelião, é documento dotado de fé pública, fazendo prova plena. Marque a assertiva que NÃO apresenta elemento basilar da escritura pública.

- A) Data e local de sua realização.
- B) Autorização do juízo de registros públicos.
- C) Manifestação clara da vontade das partes.
- D) Nome, nacionalidade, estado civil, profissão, domicílio e residência das partes.

Questão 07

Nos termos das recentes alterações à Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro, no que tange à atuação dos gestores públicos, é correto afirmar que:

- A) Os gestores públicos ficam impedidos de praticar atos administrativos discricionários.
- B) O ato administrativo que invalidar uma norma administrativa prescinde de motivação.
- C) O dever de motivação dos atos administrativos restou diminuído, em face da maior autonomia dos gestores.
- D) As decisões com base em valores abstratos devem considerar as consequências práticas que delas advierem.

Questão 08

Um grupo de amigos decidiu criar uma associação civil. O estatuto estabeleceu a denominação, os fins e o local da sede, deixando para decidir, no caso concreto, as condições de inclusão e exclusão dos associados. Nos termos das regras do Código Civil, é correto afirmar que:

- A) A associação deve constituir-se para fins não-econômicos, salvo quando estabelecer quotas ou fração ideal sobre seu patrimônio.
- B) Os associados devem ter iguais direitos, sendo vedado prever no estatuto categorias de associados com vantagens especiais.
- C) O estatuto padece de nulidade, pois o instrumento constitutivo deve conter as condições de inclusão e exclusão dos associados.
- D) As condições de inclusão e exclusão dos associados devem ser decididas na primeira reunião da associação, vedada a decisão apenas no caso concreto.

Questão 09

Considere a assertiva: “O incidente de desconsideração da personalidade jurídica é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial”. Nos termos do que dispõe o Código de Processo Civil, no título sobre intervenção de terceiros, a assertiva é:

- A) VERDADEIRA, correspondendo a dispositivo expresso no Código de Processo Civil.
- B) FALSA, pois a desconsideração não é cabível na fase de cumprimento de sentença.
- C) VERDADEIRA, correspondendo a dispositivo apenas implícito no Código de Processo Civil.
- D) FALSA, pois a desconsideração não é cabível na execução fundada em título executivo extrajudicial.

Questão 10

Considere a seguinte situação: “João propôs ação de indenização alegando que, ao voltar de um bar, fora atacado por alienígenas que afirmaram agir por ordem de sua vizinha, Maria. Sustenta que Maria é pessoa de má índole e que já havia ameaçado atacar vários moradores do bairro onde residem. Maria, devidamente citada, manteve-se inerte e não contestou a ação”. Diante da referida hipótese, nos termos do Código de Processo Civil, é possível afirmar que

- A) não ocorrerão os efeitos comuns da revelia em face de Maria.
- B) presumem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas por João.
- C) Maria deve instaurar incidente de insanidade mental em face de João.
- D) Maria não poderá intervir no processo após a oitiva do Ministério Público.

Questão 11

Analise as seguintes afirmativas.

- I. A existência e o modo de existir de algum fato podem ser atestados ou documentados, a requerimento do interessado, mediante ata lavrada por tabelião.
- II. O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.
- III. Para provar a verdade dos fatos, as partes têm o direito de empregar todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, desde que especificados expressamente no Código de Processo Civil.
- IV. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapor-los aos que foram produzidos nos autos.

Nos termos do Código de Processo Civil, são corretas as afirmativas

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, II e IV, apenas.

Questão 12

Considere que o Estado do Ceará tenha realizado um concurso público de provas e títulos para o provimento de cargos efetivos. Na hipótese de uma eventual demanda judicial, o litisconsórcio passivo necessário ocorreria na situação em que o candidato

- A) pleiteasse a revisão da correção de sua prova dissertativa.
- B) pleiteasse a anulação de uma questão de múltipla escolha da fase objetiva do certame.
- C) reprovado na etapa de provas objetivas pleiteasse liminar para participar da etapa de prova dissertativa.
- D) aprovado em segundo lugar pleiteasse nomeação em primeiro lugar, alegando ter mais títulos que o primeiro colocado.

Questão 13

Considere a seguinte assertiva: “A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial”. Nos termos do Código de Processo Civil, a assertiva é:

- A) FALSA, pois a conciliação não pode ser estimulada no curso do processo judicial.
- B) FALSA, pois o princípio da neutralidade impede que o juiz estimule a solução consensual de conflitos.
- C) VERDADEIRA, correspondendo a um dispositivo legal vigente no ordenamento jurídico brasileiro.
- D) VERDADEIRA, correspondendo a uma norma não positivada no ordenamento jurídico brasileiro.

Questão 14

Considere a seguinte assertiva: “O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, salvo quando se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício”. Nos termos do Código de Processo Civil, a assertiva é:

- A) FALSA, pois abrange apenas o primeiro grau de jurisdição.
- B) VERDADEIRA, correspondendo a uma norma positivada no ordenamento jurídico brasileiro.
- C) FALSA, pois a regra é aplicável ainda que se trate de matéria sobre a qual o juiz deva decidir de ofício.
- D) FALSA, pois o juiz pode, em regra, decidir com base em fundamentos legais, ainda que sem ouvir as partes.

Questão 15

Conforme dispõe o Código de Processo Civil, na audiência de instrução e julgamento, as provas orais devem obedecer, preferencialmente, a seguinte ordem

- A) autor – réu – perito – testemunhas.
- B) testemunhas – réu – perito – autor.
- C) perito – testemunhas – autor – réu.
- D) perito – autor – réu – testemunhas.

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS E DIREITO DO CONSUMIDOR APLICADO AOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Questão 16

Acerca da Sentença nos Juizados Especiais Cíveis, marque a alternativa INCORRETA.

- A) Não se admitirá sentença condenatória por quantia ilíquida, ainda que genérico o pedido.
- B) É eficaz a sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida na Lei dos Juizados Especiais.
- C) A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.
- D) O Juiz leigo que tiver dirigido a instrução proferirá sua decisão e imediatamente a submeterá ao Juiz togado, que poderá homologá-la, proferir outra em substituição ou, antes de se manifestar, determinar a realização de atos probatórios indispensáveis.

Questão 17

Sobre o tratamento que a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, dá ao Pedido e aos Atos Processuais de Citação e Intimação nos Juizados Especiais Cíveis, marque a alternativa INCORRETA.

- A) É lícito formular pedido genérico quando não for possível determinar, desde logo, a extensão da obrigação.
- B) Os pedidos poderão ser cumulados, desde que conexos, sejam ambos da competência dos Juizados Especiais e a soma não ultrapasse o limite fixado na supracitada lei.
- C) As partes comunicarão ao juízo as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo, reputando-se ineficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado.
- D) Tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, a citação far-se-á mediante correspondência com aviso de recebimento, a qual será entregue ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado.

Questão 18

Sobre a revelia, resposta do réu e audiência de instrução e julgamento nos Juizados Especiais Cíveis, marque a alternativa INCORRETA.

- A) A contestação, que será oral ou escrita, conterà toda matéria de defesa, inclusive, se for o caso, arguição de suspeição ou impedimento do Juiz.
- B) Na audiência de instrução e julgamento, sobre os documentos apresentados por uma das partes, manifestar-se-á imediatamente a parte contrária, sem interrupção da audiência.
- C) Na audiência de instrução e julgamento serão decididos de plano todos os incidentes que possam interferir no regular prosseguimento da audiência. As demais questões serão decididas na sentença.
- D) Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz.

Questão 19

A respeito do tema Provas e Audiência de Instrução e Julgamento nos Juizados Especiais Cíveis, considere as seguintes afirmativas.

- I. São admitidos meios típicos e atípicos de prova.
- II. O requerimento para intimação das testemunhas será apresentado à Secretaria no mínimo cinco dias antes da audiência de instrução e julgamento.
- III. No curso da audiência, poderá o Juiz, de ofício ou a requerimento das partes, realizar inspeção em pessoas ou coisas, ou determinar que o faça pessoa de sua confiança, que lhe relatará informalmente o verificado.
- IV. A prova oral será reduzida a escrito, devendo a sentença referir na íntegra os informes trazidos.
- V. A instrução não poderá ser dirigida por Juiz leigo, sob a supervisão de Juiz togado.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) I, III e V.
- C) I, IV e V.
- D) II, III e V.

Questão 20

Sobre a competência dos Juizados Especiais Cíveis, analise as seguintes afirmativas.

- I. O processamento da ação perante o Juizado Especial Estadual é opção do autor, que pode, se preferir, ajuizar sua demanda perante a Justiça Comum.
- II. Com o advento do Novo Código de Processo Civil de 2015, não são mais da competência dos Juizados Especiais Cíveis as causas enumeradas no art. 275, II, do Código de Processo Civil anterior.
- III. A necessidade de produção de prova pericial, por si só, não influi na definição da competência dos Juizados Especiais.
- IV. Compete ao Juizado Especial a execução de seus próprios julgados, independente da quantia a ser executada, desde que tenha sido observado o valor de alçada na ocasião da propositura da ação.
- V. Em se tratando de litisconsórcio ativo facultativo, para que se fixe a competência dos Juizados Especiais, deve ser considerado o valor da causa individualmente por autor, não importando se a soma ultrapassa o valor de alçada.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) II, IV e V.
- C) I, III, IV e V.
- D) II, III, IV e V.

Questão 21

Em relação às partes nos Juizados Especiais Cíveis, marque a alternativa INCORRETA.

- A) O preso não poderá ser parte.
- B) A massa falida não poderá ser parte.
- C) O incapaz, mesmo que devidamente representado, não poderá propor ação perante o Juizado Especial.
- D) As pessoas físicas, quando cessionárias de direito de microempresas, não poderão propor ação perante os Juizados.

Questão 22

Considere as seguintes afirmativas sobre o tema **Juizados Especiais Criminais e a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça**.

- I. A transação penal não tem natureza jurídica de condenação criminal, não gera efeitos para fins de reincidência e maus antecedentes e, por se tratar de submissão voluntária à sanção penal, não significa reconhecimento da culpabilidade penal nem da responsabilidade civil.
- II. A homologação da transação penal prevista no art. 76 da Lei nº 9.099/1995 não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.
- III. Na hipótese de apuração de delitos de menor potencial ofensivo, deve-se considerar a soma das penas máximas em abstrato em concurso material, ou, ainda, a devida exasperação, no caso de crime continuado ou de concurso formal, e ao se verificar que o resultado da adição é superior a dois anos, afasta-se a competência do Juizado Especial Criminal.
- IV. Não há que falar-se em preclusão se o oferecimento da proposta de transação penal se der após a prolação da sentença penal condenatória.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I, II e III.
- B) I, II e IV.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 23

Quanto aos Juizados Especiais Criminais, marque a alternativa correta.

- A) Em se tratando de infração penal sujeita ao rito dos Juizados Especiais Criminais, em nenhuma hipótese será lavrado o auto de prisão em flagrante.
- B) Segundo a Lei dos Juizados Especiais Criminais, a competência será determinada pelo lugar em que for consumada a infração penal, não havendo qualquer divergência doutrinária sobre o tema.
- C) Tratando-se de ação penal de iniciativa privada ou de ação penal pública condicionada à representação, o acordo de composição civil dos danos, homologado, acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.
- D) Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, no âmbito dos Juizados Especiais Criminais, se exige a intimação pessoal do defensor público, não se admitindo a intimação na sessão de julgamento ou pela imprensa oficial.

Questão 24

Sobre a Desconsideração da Personalidade Jurídica no Código de Defesa do Consumidor – CDC, marque a alternativa INCORRETA.

- A) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito.
- B) É possível a desconsideração sempre que a personalidade jurídica for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.
- C) O juiz não poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver violação dos estatutos ou contrato social.
- D) A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

Questão 25

O Código de Defesa do Consumidor – CDC estabelece uma série de práticas abusivas vedadas ao fornecedor de produtos e serviços. Marque a alternativa que NÃO contenha uma prática abusiva.

- A) Enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço.
- B) Recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque e, ainda, de conformidade com os usos e costumes.
- C) Prevaler-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços.
- D) Estabelecer que o consumidor pode desistir do contrato, no prazo de sete dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.

Questão 26

Estabelece o art. 12 do Código de Defesa do Consumidor que “o fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos”. E complementa que o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador só não será responsabilizado quando provar, EXCETO:

- A) Que não colocou o produto no mercado.
- B) A culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros.
- C) Que, embora haja colocado o produto no mercado, o defeito inexistia.
- D) Que o produto foi fornecido sem identificação clara do seu fabricante ou produtor.

Questão 27

Estabelece o art. 18 do Código de Defesa do Consumidor que os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas. Sobre o tema, considere as seguintes afirmativas.

- I. Não sendo o vício sanado no prazo máximo de noventa dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha: a) a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; b) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; c) o abatimento proporcional do preço.
- II. No caso de fornecimento de produtos *in natura*, será responsável perante o consumidor o fornecedor imediato, exceto quando identificado claramente seu produtor.
- III. São impróprios ao uso e consumo: a) os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos; b) os produtos deteriorados, alterados, adulterados, avariados, falsificados, corrompidos, fraudados, nocivos à vida ou à saúde, perigosos ou, ainda, aqueles em desacordo com as normas regulamentares de fabricação, distribuição ou apresentação; c) os produtos que, por qualquer motivo, se revelem inadequados ao fim a que se destinam.
- IV. Poderão as partes convencionar a redução ou ampliação do prazo previsto no item I, não podendo ser inferior a dez nem superior a duzentos e oitenta dias. Nos contratos de adesão, a cláusula de prazo deverá ser convencionada em separado, por meio de manifestação expressa do consumidor.

Estão corretas apenas as afirmativas

- A) I e II.
- B) I e IV.
- C) II e III.
- D) III e IV.

Questão 28

Tício, consumidor, resolve contratar o serviço de telefonia móvel de determinada operadora de telefonia. Antes da contratação, é informado que, para contratar o serviço de telefonia, também terá que adquirir o serviço de *internet* da mesma operadora. A partir do que determina o Código de Defesa do Consumidor, a referida prática comercial da empresa pode ser considerada:

- A) Abusiva, por se tratar da chamada venda casada.
- B) Legal, pois houve a informação prévia à contratação.
- C) Abusiva, por se tratar de limitação quantitativa de serviço.
- D) Legal, por se tratar de regra comercial, plenamente admitida.

Questão 29

Sobre o tratamento que o Código de Defesa do Consumidor e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça dão aos Bancos de Dados e Cadastro de Consumidores, considere as seguintes afirmativas.

- I. Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público.
- II. É dispensável o Aviso de Recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.
- III. A ausência de prévia comunicação ao consumidor da inscrição do seu nome em cadastros de proteção ao crédito, prevista no art. 43, § 2º, do CDC, enseja o direito à compensação por danos morais.
- IV. Da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito, não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento.

Estão corretas as afirmativas

- A) I, II, III e IV.
- B) I e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.

Questão 30

Em relação ao tratamento que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça dá à Relação de Consumo e aos conceitos de Consumidor e Fornecedor, marque a alternativa INCORRETA.

- A) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras.
- B) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos contratos locatícios regidos pela Lei nº 8.245/91.
- C) Não incide o Código de Defesa do Consumidor nas relações jurídicas estabelecidas entre condomínio e condôminos.
- D) O Código de Defesa do Consumidor não se aplica ao contrato de plano de saúde administrado por entidade de autogestão, por inexistir relação de consumo.

DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO TRIBUTÁRIO E RESOLUÇÕES Nº 174 DO CNJ E 02/2019 DO ÓRGÃO ESPECIAL DO TJCE

Questão 31

Considerando que a legislação relativa à competência dos juizados especiais não abrange as causas em que se discute a improbidade administrativa, marque a assertiva que apresenta uma justificativa plausível, em face da Lei nº 8.429/92, para a referida exclusão de competência.

- A) O sujeito ativo na ação de improbidade administrativa é o servidor público.
- B) A ação de improbidade administrativa possui rito próprio previsto em legislação específica.
- C) Improbidade administrativa é crime, por isso não se processa no âmbito dos juizados especiais.
- D) A comprovação de ocorrência do ato de improbidade administrativa demanda complexa dilação probatória.

Questão 32

Considerando as causas em que se discute a responsabilidade civil do Estado por danos causados ao particular, marque a assertiva correta.

- A) Nas ações em que se discute a responsabilidade civil do Estado, o ônus probante recai sobre o particular lesado ou quem o represente.
- B) A morte de detento em presídio atrai a responsabilidade subjetiva do Estado, pois implica provar o dolo ou a culpa do agente penitenciário.
- C) A responsabilidade objetiva, pela teoria do risco administrativo, admite, como tese de contestação do Estado, a alegação de culpa exclusiva da vítima.
- D) No caso de responsabilidade civil por omissão genérica, tratada pela doutrina como teoria da culpa anônima, a responsabilidade estatal é, em regra, objetiva.

Questão 33

Considerando que, nos termos da legislação vigente, podem figurar como réus, no âmbito dos juizados especiais da Fazenda Pública, “os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas”, marque a assertiva correta.

- A) A atuação do juizado especial da Fazenda Pública alcança toda a administração pública direta e indireta.
- B) A organização social pode figurar no polo passivo das ações processadas nos referidos juizados especiais.
- C) As ações contra a sociedade de economia mista não se processam no juizado especial da Fazenda Pública.
- D) As ações contra concessionárias de serviço público devem ser processadas nos referidos juizados especiais.

Questão 34

Quanto ao controle judicial dos atos administrativos discricionários, no âmbito dos juizados especiais, assinale a alternativa correta.

- A) O Juiz não pode revogar ato administrativo discricionário eivado de vício de legalidade.
- B) O ato administrativo discricionário válido prescinde de ser praticado por agente competente.
- C) O vício de motivo do ato administrativo também pode ser denominado vício de motivação do ato.
- D) O mérito do ato administrativo diz respeito à escolha de conveniência quanto à finalidade do ato.

Questão 35

Considere que o Estado do Ceará tenha inscrito o cidadão João de Tal em dívida ativa pelo não pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA. Quanto à execução fiscal correspondente, é correto afirmar que:

- A) O cancelamento da certidão de dívida ativa, por iniciativa da própria Fazenda Pública, é uma das causas de extinção da execução fiscal.
- B) A execução pode ser proposta contra o devedor, vedada a propositura em face do fiador, do espólio e dos sucessores do devedor.
- C) A intimação do representante judicial da Fazenda Pública deve ser feita por edital, publicado três vezes em intervalos de quinze dias.
- D) A produção de provas pela Fazenda Pública depende de requerimento na petição inicial, devendo ser indeferida se solicitada posteriormente.

Questão 36

Quanto ao Mandado de Segurança em matéria tributária, considere que um contribuinte de ICMS, residente em Juazeiro do Norte/CE, tenha impetrado mandado de segurança em face de autoridade pública com sede funcional em Fortaleza/CE, e considere que o juiz competente tenha indeferido a inicial sem julgamento de mérito. Sobre o caso hipotético, pode-se afirmar que:

- A) A ação deve ser proposta em uma das varas municipais de Fortaleza/CE.
- B) A ação deve ser proposta em Juazeiro do Norte, em face da residência do impetrante.
- C) Cabe recurso de apelação quanto a decisão que indeferiu a inicial de mandado de segurança.
- D) Por se tratar de demanda judicial relativa ao ICMS, a ação deve ser proposta em âmbito federal.

Questão 37

Encontra-se em discussão, no âmbito dos temas em repercussão geral no Supremo Tribunal Federal, a constitucionalidade da cobrança de taxa pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndio. Sob a perspectiva da Constituição Federal vigente, um dos argumentos que justificariam a inconstitucionalidade do referido tributo é:

- A) Proibição de cobrança de taxa pela prestação de serviços públicos de natureza indivisível.
- B) Vedação de instituição de taxa em função do exercício de poder de polícia pelos entes estatais.
- C) Vedação de instituição de taxa em razão da prestação de serviços públicos de qualquer natureza.
- D) Competência exclusiva da União para instituir taxa relativa ao serviço público de combate a incêndio.

Questão 38

Conforme a Resolução nº 174/2013, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a atividade de juiz leigo no Sistema dos Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal,

- A) não obstante submetidos a procedimento de seleção, os juízes leigos poderão ser suspensos ou afastados de suas funções, *ad nutum*.
- B) os juízes leigos têm o dever de, ao iniciar a sessão de conciliação, orientar sobre a viabilidade de se buscar/prosseguir com uma demanda judicial para a solução do litígio.
- C) o juiz leigo deverá se abster de informar à vítima sobre a possibilidade de sua intervenção no processo penal e de obter a reparação ao dano sofrido, considerando ser essa uma orientação de exclusiva responsabilidade do juiz togado.
- D) o juiz leigo terá o prazo máximo de dez dias, a contar da sessão de conciliação, para apresentar o projeto de sentença, que só poderá ser entranhado aos autos e disponibilizado para o público externo no sistema de informática caso seja homologado.

Questão 39

Guilherme recentemente participou de processo seletivo para a função de juiz leigo, tendo sido aprovado e classificado dentro do número de vagas disponibilizado no edital normatizador que deflagrou o certame para a sociedade. É correto dizer que Guilherme, quanto ao exercício das funções,

- A) terá autonomia no desempenho das atividades e no entendimento jurídico esposado nos projetos de sentença elaborados.
- B) será recrutado por prazo determinado, permitida uma recondução, e estará sujeito aos mesmos motivos de impedimento e suspeição dos juízes togados.
- C) terá suas atividades consideradas de relevante caráter público, devendo participar de capacitação no prazo de até seis meses após o início das atividades.
- D) terá computadas para efeito de remuneração as homologações de sentença de extinção do processo, no caso de ausência do autor, desistência e embargos de declaração.

Questão 40

Acerca da atividade de juiz leigo, de acordo com o que dispõe a Resolução 02/2019, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Ceará, analise as situações hipotéticas a seguir.

- I. Gutierrez, nascido no México, poderá atuar como juiz leigo caso venha a se naturalizar brasileiro e preencha os demais requisitos.
- II. Mário, juiz leigo, tem direito adquirido a manter o vínculo com o TJCE pelo prazo convencionado no início do desempenho de suas funções, somente podendo ser afastado após processo administrativo que lhe garanta o contraditório e a ampla defesa.
- III. Paulo, servidor efetivo da carreira de Analista Judiciário do TJCE, poderá atuar como juiz leigo após ser classificado em processo seletivo.
- IV. Victor, juiz leigo, não poderá exercer a advocacia no Sistema dos Juizados Especiais da respectiva Comarca de atuação, mas poderá manter vínculo com escritório de advocacia que atue em tal Sistema na mesma Comarca, enquanto no desempenho das funções.

Está(ão) de acordo com a Resolução 02/2019 apenas

- A) I.
- B) I e III.
- C) II e IV.
- D) II, III e IV.

PROVA DISSERTATIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A prova dissertativa, composta por 1 (uma) dissertação acerca de tema jurídico da atualidade, terá caráter eliminatório e classificatório.
- À prova dissertativa serão atribuídos 20 (vinte) pontos.
- A prova dissertativa deverá ser desenvolvida com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) linhas.
- A resposta da prova dissertativa deverá ser escrita à caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, de forma legível, em letra cursiva ou letra de forma, sob pena de ser anulada.
- Somente o texto transcrito para a folha de textos definitivos será considerado válido para a correção da prova dissertativa.

A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – estabelece em seu artigo 6º:

“São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências (...).”

Disserte sobre o tema, indicando a regra adotada, momento, requisitos e se a inversão é automática.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

INSTRUÇÕES

1. Material a ser utilizado: caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, fabricada com material transparente, do documento de identidade original com foto e do CDI (Comprovante Definitivo de Inscrição). Os objetos restantes devem ser colocados em local indicado pelo fiscal da sala, inclusive aparelho celular desligado e devidamente identificado.
2. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo etc. Caso o candidato, durante a realização das provas, seja surpreendido portando os aparelhos eletrônicos citados, será o fato ocorrido registrado em ata e o candidato ELIMINADO automaticamente do Processo Seletivo.
3. Durante a prova, o candidato não deve levantar-se, comunicar-se com outros candidatos.
4. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluindo o tempo destinado à entrega do Caderno de Provas e à identificação – que será feita no decorrer da prova – e ao preenchimento das Folhas de Respostas (Prova Objetiva e Prova Dissertativa).
5. Com vistas à garantia da isonomia e lisura do Processo Seletivo, ainda, no dia de realização das provas, os candidatos poderão ser submetidos ao sistema de detecção de metais no ingresso e na saída de sanitários, bem como em outros momentos que a Coordenação julgar necessários.
6. Não será permitida a permanência de candidatos, após o término das provas, na Unidade Escolar. Ao terminarem, os candidatos deverão se retirar imediatamente do local, não sendo possível usar bebedouros e sanitários.
7. O Caderno de Provas consta de 40 (quarenta) questões de múltipla escolha e 01 (uma) dissertação acerca de tema jurídico da atualidade. Leia-o atentamente.
8. **As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 04 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta.**
9. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente o Caderno de Provas, bem como se os dados constantes nas Folhas de Respostas (Prova Objetiva e Prova Dissertativa) estão certos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto, ou tenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar imediatamente tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
10. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir as questões.
11. O candidato poderá levar o Caderno de Provas a partir dos últimos 30 (trinta) minutos destinados à realização das provas.
12. Será obrigatória a permanência dos 03 (três) últimos candidatos na sala, até que o último deles entregue a sua prova. Caso algum desses candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 02 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação e pelo Coordenador da Unidade.

RESULTADOS E RECURSOS

- O gabarito oficial das provas objetivas será publicado no Diário do Judiciário eletrônico (DJe) e disponibilizado nos [sites www.tjce.jus.br](http://www.tjce.jus.br) e www.institutoconsulplan.org.br, na data prevista no cronograma: dia 12/05 (após a prova).
- O prazo para a interposição dos recursos será de 02 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data da publicação do gabarito.
- Os recursos deverão ser apresentados ao Instituto Consulplan, via endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, clicando no *link* correspondente à “Interposição de Recurso”, disponível até as 23h59min do último dia recursal. O candidato deverá seguir as orientações de envio dispostas no endereço eletrônico.